

Construir Áreas Verdes para Criar Comunidades. Fundação Mi Parque e a Recuperação Participativa de Espaços Públicos no Chile

Ignácio Lira

Fundação Mi Parque, Chile

Contato: ilira@miparque.cl

Introdução

O crescimento de grande parte das economias latino-americanas mostrou um trajeto ascendente e estável durante os últimos anos, o que impulsionou um importante desenvolvimento e crescimento de suas cidades. No Chile e na América Latina, hoje somos testemunhas de cidades modernas e com um bom padrão de vida e investimento, embora não possamos esquecer a realidade de um crescimento desproporcional e desigual. Esta desigualdade se traduz de maneira literal e crua no território ou no espaço urbano.



Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor

Diferentes condições do espaço público em Santiago do Chile. Fotos tiradas na mesma tarde, mas em diferentes comunas da capital, Vitacura e San Bernardo.

A problemática

Durante anos, no que concerne à cidade, a prioridade das políticas públicas foi o tema da habitação, tendo como primeiro objetivo “dar um teto” a todos os chilenos. Entretanto, no caminho nos demos conta de que oferecer um

lugar para habitar é muito mais que dar um teto e que construir cidade não é sinônimo de construir casas. Trata-se de construir bairros. Se uma das maiores contribuições que o Estado pode dar a seus habitantes mais necessitados é o acesso à moradia, é importante garantir que esta ajuda não

acabe por marginaliza-los, deixando-os de fora das oportunidades oferecidas pela cidade a seus supostos beneficiários. Ao contrário, é necessário assegurá-los do “acesso à cidade”, a seus serviços, equipamentos, através de acessibilidade e conectividade.

Lamentavelmente esta não foi a realidade, já que grande parte das soluções habitacionais dadas pelo Estado é de habitações individuais, em bairros monofuncionais, socialmente homogêneos, isolados e com escasso acesso a serviços e equipamentos. Nestes, o espaço público foi visto com menos importância em relação à habitação, sendo deixado como “o que sobra”, “a terra de ninguém”, quando, pelo contrário, deveria ter um papel central na formação destes novos bairros.

Por outro lado, a manutenção do espaço público



Imagem cedida pelo autor

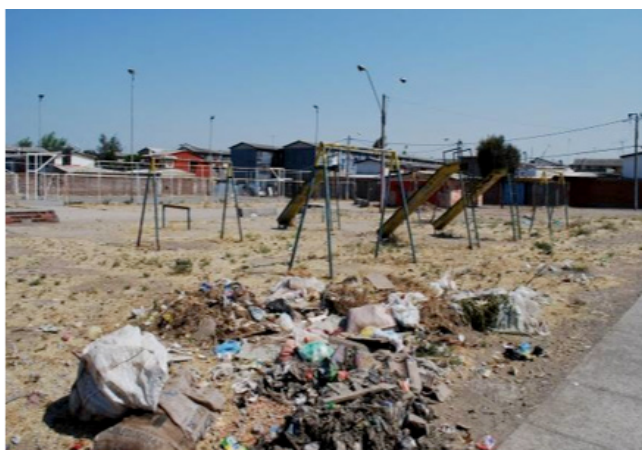


Imagem cedida pelo autor

O espaço público como “terra de ninguém” nas comunas periféricas de Santiago (Puente Alto e San Bernardo, respectivamente).

é de responsabilidade de cada município. Estes, por sua vez, geram as suas receitas, em grande parte, por meio de impostos territoriais que podem recolher. Mas muitos municípios não são capazes de responder a esta responsabilidade que recai sobre eles, já que os recursos que conseguem recolher são escassos devido a grande parte de seus habitantes estar isenta do pagamento de impostos territoriais.

Sob estas condições, os espaços públicos das diferentes cidades do país apresentam grandes níveis de desigualdade. Isto não somente em termos quantitativos, uma vez que as comunas¹ com mais recursos têm maiores percentuais de áreas verdes por habitante, mas também em termos qualitativos. Um mesmo metro quadrado de espaço público pode ser muito diferente em termos de qualidade, dependendo do nível socioeconômico da comuna em que se encontra. O caso de Santiago é emblemático para representar esta desigualdade. Se a capital é composta por 34 comunas, 9 delas concentram a metade das áreas verdes, sobretudo as do setor norte-leste, onde se alcançam índices de até 20 m² de áreas verdes por habitante, enquanto em outras comunas, do sul e oeste de Santiago, alcançam no máximo 1 ou 2 m² de superfície verde. A média da cidade é 4,5 m² por habitante e, se se toma como referência a recomendação da Organização Mundial da Saúde, que estabelece um padrão de 9 m² por habitante, constatamos que ainda temos muito trabalho por fazer. Diante desta realidade é que queremos que ninguém se envergonhe do lugar onde mora, como ocorre na maioria dos bairros marginais de nossa cidade. Finalmente, quando o espaço público não é mantido e sofre abandono, transforma-se no lugar onde se acumulam lixo e escombros; em vez de ser

1. De acordo com o Instituto Nacional de Estadísticas (INE, Ciudades, Pueblos, Aldeas y Caseríos. Santiago, Chile, 2005, p.9) Comuna é o território definido legalmente para fins de administração local que a província está dividida. É o nível básico da estrutura do Estado. Sua autoridade judicial é o município, cuja sede é determinada por lei. (Nota da tradução)

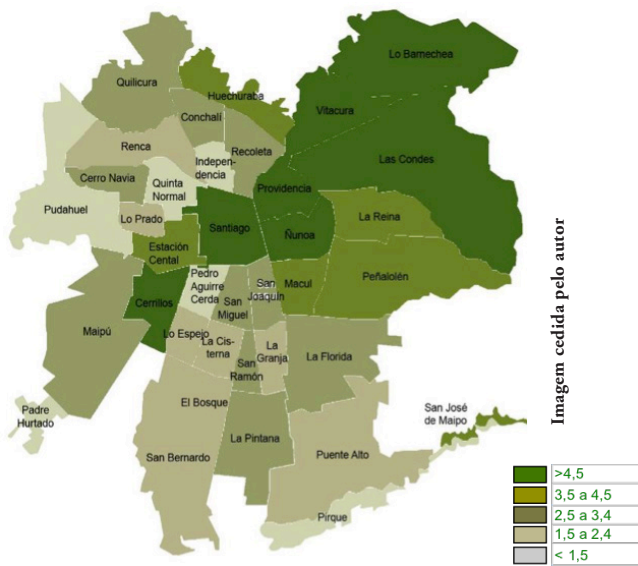


Imagem cedida pelo autor

Porcentagem de superfície de áreas verdes com manutenção por habitante das comunas de Santiago.
 Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Municipais (Sinim)

um espaço que potencializa a vida comunitária, converte-se em um foco de conflitos que passa a ser evitado no dia a dia. Isso faz que as famílias vivam cada vez mais reclusas ao interior de suas casas, enfraquecendo ainda mais as redes de vizinhança, enquanto o espaço de todos serve para qualquer coisa.

A proposta

Diante desta realidade é que a Fundação Mi Parque almeja como meta que todos os chilenos se sintam orgulhosos do lugar onde moram. E não apenas orgulhosos pelo aspecto físico e pela qualidade de equipamentos, mas, sobretudo, orgulhosos da comunidade de moradores da qual fazem parte. Neste sentido, as áreas verdes e os espaços públicos podem ter um papel fundamental, a partir do momento em que são entendidos como uma ferramenta social que permite o encontro entre vizinhos, a geração de sentido de comunidade e conexão. Para alcançar estes objetivos é que Mi Parque tem como missão criar comunidades por meio da recuperação participativa das áreas verdes nos bairros do país que mais necessitam.



Imagem cedida pelo autor



Comuna de Vitacura, com 20.3 m²/hab, Comuna de Puente Alto com 2.3 m²/hab. A OMS recomenda 9 m²/hab

Para conseguir isto, o modelo de trabalho incorpora a atuação de três atores principais, que formam uma aliança público-privada: a comunidade, a empresa privada e os municípios. A Fundação Mi Parque desempenha as funções de facilitadora e coordenadora. Cada um destes atores tem um papel com responsabilidades e deveres definidos da seguinte maneira:

- A comunidade de moradores: é o ator fundamental e o beneficiário direto. A comunidade participa tanto das etapas do projeto, quanto de construção para então ser capaz, em certa medida, de autogerir a manutenção de seus próprios parques e praças em colaboração com a municipalidade. Se em um projeto não se consegue que a comunidade se aproprie positivamente da intervenção, ele não será um projeto bem-sucedido, que tenha sustentabilidade no tempo.
- A empresa privada: muitas empresas se somaram à nossa missão contribuindo não somente com financiamento para a execução dos projetos, mas também se comprometendo com voluntariado corporativo para o momento da construção do parque.

1 diseño

VECINOSparticipación
cuidado

2 construcción

EMPRESAfinanciamiento
voluntariado

3 mantención

MUNICIPIOapoyo logístico
seguimiento

Imagem cedida pelo autor

- Os municípios: os municípios ou governos locais são as entidades do setor público encarregadas da manutenção das áreas verdes de cada localidade. Portanto, é indispensável integrá-los no projeto, porque serão eles os últimos responsáveis pela posterior manutenção das intervenções. Os municípios também participam da escolha dos terrenos onde se realizarão os projetos.

Com esta parceria buscamos injetar recursos em municípios com menos recursos, que não são capazes de manter adequadamente seus espaços públicos devido aos custos que isso implica e, ao mesmo tempo, aproximar os bairros de seus municípios para estabelecer compromissos, responsabilidades mútuas e vias mais diretas

de comunicação, que permitam uma co-gestão sustentável dos parques e praças.

A relação entre Mi Parque, a empresa, o município e a comunidade é uma relação entre sócios, abandonando a concepção de beneficiário que implica uma atitude passiva por parte do que comumente se entende como beneficiário – a comunidade. Uma verdadeira participação implica que os moradores tenham um papel ativo no processo, encarregando-se de certas responsabilidades para alcançar os objetivos comuns. Ao mesmo tempo, o sócio tem capacidade de exigir, não em função de uma relação de cliente, e sim de uma parceria pré-estabelecida.

O processo participativo

A. O projeto

Um dos aspectos diferenciadores de nosso modelo de intervenção em comparação com o realizado pelas municipalidades é a incorporação dos beneficiários ao longo de todo o processo, tanto em suas etapas de projeto (na difusão e validação comunitária do projeto), como em sua construção e até sua posterior manutenção.

Para promover apropriação positiva e empoderamento, o processo entrega espaços de participação ativa à comunidade, permitindo-lhe tomar decisões e executar, já que, embora toda participação gere redes, vínculos e sentimento de pertencimento, só a participação ativa gera autoridade e possibilita controlar a própria vida e o entorno.

O objetivo principal do processo do projeto participativo não é alcançar o design de uma nova praça, e sim construir um sonho de comunidade para então definir um design de espaço, que contribua para concretizar esse sonho da comunidade. Por isso a primeira pergunta que fazemos a cada comunidade quando nos aproximamos para trabalhar não é “Com que praça sonham?”, e sim “Que comunidade sonham ser?”.



Imagem cedida pelo autor

Processo participativo do projeto de uma nova área verde.

De forma prática se realiza um primeiro encontro chamado “Evento de Início”; em seguida, quatro oficinas prévias à jornada de construção e uma oficina de encerramento a um mês da construção.

O Evento de Início busca ser um primeiro detonador de ativação da comunidade e do espaço público, ao mesmo tempo em que gera confiança e aproximação entre a equipe Mi Parque e a comunidade.

A primeira oficina tem como objetivo realizar este sonho de comunidade. Recordar o passado, valorizar a identidade do bairro e planejar os sonhos para o futuro. Isso nos serve para produzir espaços de conhecimento mútuo e confiança com os moradores, e também nos dá uma primeira aproximação da vida cotidiana da comunidade e das utilizações que dará aos espaços públicos para ajustar a intervenção à sua realidade, e não ser uma réplica de um processo padrão.

É muito importante visualizar o processo do projeto, para que seja compartilhado por toda a comunidade. Depois de cada oficina, por meio do jornal mural instalado em um local estratégico do bairro, deixam-se notas sobre os temas que foram debatidos durante o workshop e estipulam-se os tópicos avançados e os acordos



Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor

Visualização do processo do projeto

que foram realizados. Assim, na oficina seguinte, não se começa do zero, mesmo que cheguem novos moradores, iniciando-se a partir do que foi acordado na última sessão.

Na segunda oficina, são diagnosticados especificamente os problemas da praça e as necessidades para transformá-la. Para isso, se trabalha com os moradores para que possam chegar

a um acordo sobre o futuro projeto no que diz respeito a solução de desenho e ao mobiliário, considerando também a visão e a experiência do município a respeito. Nesta etapa, é muito importante levar em consideração a futura manutenção do lugar. Não somente em termos econômicos ou de uso de recursos naturais, mas também com relação aos “recursos” ou capital social com os quais conta o bairro para sua futura



Imagens cedidas pelo autor

Diagnóstico do espaço público em campo



Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor

Oficinas de projeto participativo e encerramento do processo de design

manutenção. No fundo, o objetivo é planejar e construir considerando desde o início as condições para suas adequadas manutenção e sustentabilidade no tempo.

Na terceira oficina, é apresentada uma proposta com base no que foi trabalhado nas reuniões anteriores e se busca ouvir opiniões e atingir consensos entre os moradores sobre a esta proposta, além apresentar à comunidade a metodologia de trabalho do dia da construção.

Na quarta oficina, se mostra o projeto final e se trabalha para que a comunidade, a empresa e a Fundação Mi Parque se coordenem para a jornada de reconstrução da praça. Solicita-se, portanto, à empresa e ao município, que algum representante seu (com poder de decisão) assista às oficinas com os moradores para que, mutuamente, possam compreender as razões e não haja elementos que sejam interpretados como imposições. Nesta última oficina, se forma um Comitê de Moradores encarregado da conservação e do futuro funcionamento da nova praça.

Todo esse processo participativo, que não leva mais de dois meses, objetiva criar um projeto de espaço público com o consentimento de toda a comunidade, para alcançar um “projeto feito sob medida” das necessidades dos moradores e que

ajude a concretizar os anseios de comunidade que eles mesmos definiram.

B. A construção

Poder-se-ia dizer que o dia mais importante de todo o processo é o da construção participativa, em que toda a comunidade, juntamente com os voluntários da empresa patrocinadora e os voluntários do Mi Parque trabalham de maneira coordenada para recuperar o entorno físico e transformá-lo em um espaço público de qualidade. Esta jornada de construção geralmente acontece durante a manhã de um sábado, já que os moradores têm maior disponibilidade nesse dia. Depois de um intenso trabalho, consegue-se “mudar a cara” do lugar e celebrar o orgulho da comunidade pelo trabalho realizado de forma conjunta.

A grande mudança de antes / depois é vista após esta



Imagem cedida pelo autor

Obras prévias na Praça Villa San Luis, Renca.

Imagem cedida pelo autor

Antes da Praça Sandro Escalona, San Bernardo.

Imagem cedida pelo autor

Jornada de construção participativa da Praça Villa San Luis, Renca.

Imagem cedida pelo autor

Depois da Praça Sandro Escalona, San Bernardo.

jornada, quando a vegetação, o verde, a sombra, a cor e a vida assumem, por fim, seus lugares

A grande mudança de antes / depois é vista após esta jornada, quando a vegetação, o verde, a sombra, a cor e a vida assumem, por fim, seus lugares

Para a comunidade, o dia da construção é muito simbólico e emocionante, porque é uma aproximação que permite que todos trabalhem juntos e sejam atores ativos na transformação positiva de seus próprios espaços públicos. O encerramento da construção ocorre com uma comunhão entre moradores, voluntários da empresa e voluntários Mi Parque. Um representante de cada explica o que essa experiência significou para todo o grupo.

A recuperação da praça, em certo sentido, significa um retorno à comunidade. Os moradores começam a se conscientizar de que, organizando-se e trabalhando juntos, podem alcançar grandes objetivos, e isso produz um sentimento de orgulho por aquilo que se conseguiu ao longo de todo o processo, tanto nas fases de projeto, como de construção, aprofundando a sustentabilidade da intervenção no decorrer do tempo. Nas visitas de



Imagem cedida pelo autor

Grupo voluntário (moradores + empresa + Mi Parque) na construção da Praça Sandro Escalona, San Bernardo. Fazer da construção uma festa.



Imagem cedida pelo autor



Imagem cedida pelo autor

Construção participativa da Praça Sandro Escalona, San Bernardo

acompanhamento, realizadas a projetos construídos, na maior parte das vezes, as praças se encontram em muito bom estado, já que as comunidades conseguiram se apropriar positivamente desses espaços.

Consolidação

Uma vez terminada a construção da praça, há uma etapa na qual a comunidade assume o papel principal. A partir daí a ideia é que ela seja capaz de autogerir seus novos espaços públicos e obter máximo proveito em benefício de todos os moradores.

O comitê de moradores para a conservação e o funcionamento da praça, formado na última oficina de projeto, trabalha em conjunto com uma equipe de voluntários do Mi Parque ao longo de três meses por meio de um programa de Acompanhamento Comunitário, com a missão de potencializar este novo espaço como o coração da vida comunitária do bairro.

Sabe-se que a melhor manutenção de um espaço público é o seu uso constante e inclusivo. É por isso que uma das principais missões da comunidade é ser capaz de se organizar, para que a praça se



Imagem cedida pelo autor

Apropriação positiva dos moradores de seu novo espaço público.

transforme em uma infraestrutura fundamental para a vida comunitária. Somente nessa condição, a nova praça se converte em um verdadeiro aparato social que tem um impacto direto na qualidade de vida da comunidade.

Neste sentido, o papel dos líderes dentro do bairro é fundamental. Pessoas que saibam convocar, que não sejam egocêntricas, que transfiram responsabilidades e, o mais importante, que sejam reconhecidos por toda a comunidade. Identificar pessoas com esse perfil é um dos objetivos da intervenção.

No processo de consolidação do espaço público, os moradores não estão sozinhos, pois é importante contar com uma forte rede de apoio, na qual a municipalidade é um dos agentes mais importantes, tendo a responsabilidade legal de manter o que se construiu. Para assegurar isso, é importante construir esta relação entre comunidade e municipalidade para que, na eventualidade de qualquer conflito, ou problemas na manutenção da praça, todos saibam a quem recorrer e de quem são as responsabilidades. Por outro lado, para a municipalidade, o trabalho de manutenção da praça fica muito mais fácil, já que a apropriação positiva desta por parte dos moradores faz com que cuidem do espaço, diminuindo em enormemente a deterioração e o vandalismo. Finalmente, forma-se uma parceria entre moradores e municipalidade



Imagem cedida pelo autor

para a manutenção dos espaços públicos.

O fato de contar com um órgão com o qual todos os moradores podem trabalhar em parceria de igual para igual, faz com que se transformem em atores ativos das melhoras de seus próprios arredores, impactando positivamente nas relações entre vizinhos. Finalmente, a transformação no bairro não é só física, ou seja, não se conta apenas com um espaço para desfrutar, mas também, e o mais importante, com uma comunidade para se conviver. Essa é uma mudança importante na qualidade de vida, é o que desperta o sentimento de orgulho pelo lugar onde se vive e pela comunidade da qual se faz parte.



Imagem cedida pelo autor

Orgulho pelo que se alcançou, Parque Ouro Olímpico, Colina.